

AGRICULTURA

LEVANTAMENTO DE ESCOPO AMPLO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA)

As principais projeções econômicas do mundo colocam o Brasil como um dos maiores produtores de alimentos. A expansão do mercado interno e o aumento das exportações já são realidades hoje em dia. Para que o Brasil possa desfrutar desta oportunidade de crescimento econômico, há problemas estruturais que devem ser contornados, como condições precárias de logística, infraestrutura, crédito e burocracia exagerada.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) tem como missão institucional “promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira”. Para cumprir sua missão, o MAPA tem a atribuição de formular e executar políticas para o desenvolvimento do agronegócio, integrando aspectos mercadológicos, tecnológicos, científicos, organizacionais e ambientais, para atendimento dos consumidores brasileiros e do mercado internacional.

OBJETIVOS

Conhecer os macroprocessos nas áreas de atuação no MAPA, com o fim de identificar suas formas de operacionalização, os atores envolvidos no processo e os recursos orçamentários destinados à execução da Política Agrícola.

Buscou-se identificar áreas que devem ser objeto de fiscalização pelo Tribunal de Contas da União, levando-se em conta os objetivos, a relevância, os riscos, a concepção lógica, a quantidade de recursos destinados para os programas e as vulnerabilidades que permeiam cada área de atuação do MAPA. Procurou-se também subsidiar o processo de modelagem da Prestação de Contas Anual do MAPA e instituições vinculadas.

CONSTATAÇÕES

Quanto ao macroprocesso “Aumentar a produção de produtos não alimentares e não energéticos”

I. Dificuldade de se identificar as ações que efetivamente contribuem para o objetivo setorial “Aumentar a produção de produtos não alimentares e não energéticos”.

Quanto ao macroprocesso “Ampliar a participação da agroenergia na matriz energética”

II. Deficiências das políticas públicas na área de estabilização de preços da cana-de-açúcar, o que provoca fortes baixas do biocombustível derivado da cana na safra e grandes altas na entressafra.

III. Ausência de um marco regulatório adequado para biocombustíveis.

Quanto ao macroprocesso “Garantir a segurança alimentar”

IV. Fragilidades no planejamento das atividades relacionadas à defesa animal e vegetal, tanto na Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA), que faz a normatização, quanto nas Superintendências Federais de Agricultura (SFA) visitadas.

V. Dificuldades em se estabelecer uma cultura local de resultados e a alocação de mão-de-obra por critérios objetivos que favoreçam o seu melhor aproveitamento.

VI. Existência de conflitos de competência e de objetivos institucionais quando do tratamento de questões sanitárias.

VII. Defasagem na legislação que regula a defesa sanitária vegetal e a inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal.

VIII. Insuficiências na capacidade dos laboratórios para atender à demanda por análises de material colhido nas fiscalizações.

IX. Inexistência de equipamentos para descarte seguro de materiais apreendidos em fiscalizações.

X. Deficiência dos sistemas informatizados que respaldam a vigilância sanitária em portos, aeroportos e postos de fronteira.

XI. Abrangência geográfica restrita das fiscalizações realizadas na fronteira seca do Brasil.

XII. Dificuldades das SFAs em manter fiscais federais agropecuários, de maneira constante, em regiões mais distantes dos centros urbanos.

XIII. Ausência de mecanismos de controle interno para as fiscalizações, já que essas atividades são suscetíveis a desvios e falhas operacionais.

XIV. Dificuldades no repasse de verbas, insuficiências na estrutura de pessoal e de sistemas quando da realização de atividades de defesa animal e vegetal em conjunto com estados ou municípios.

Quanto ao macroprocesso “Impulsionar o Desenvolvimento Sustentável do País por meio do Agronegócio”

XV. Ausência de uma política agrícola de longo prazo.

XVI. Baixa confiabilidade dos dados fornecidos por instituições financeiras para a equalização de juros de financiamentos agrícolas.

XVII. Intempetividade no acompanhamento do crédito rural por parte da Secretaria de Política Agrícola (SPA), o que dificulta correções na condução da política agrícola.

XVIII. Deficiências na fiscalização do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro).

XIX. Exposição da agropecuária brasileira aos riscos das intempéries e catástrofes, em função da baixa contratação de seguro agrícola.

XX. Fragilidades na automatização e controle dos repasses do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé).

XXI. Precariedade e inadequação tecnológica das estruturas de armazenamento da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

XXII. Deficiências na fiscalização dos estoques públicos em razão da insuficiência de pessoal capacitado para a tarefa.

XXIII. Dificuldades na operacionalização dos programas de armazenamento da Conab em função de problemas no Sistema de Faturamento e Controle de Estoques Públicos (X-FAC).

XXIV. Dificuldades de transferência de tecnologia pelos Centros de Pesquisa da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) devido ao desmantelamento do Sistema de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Quanto ao macroprocesso “Promover Relacionamento Adequado com o Agronegócio e Parceiros”

XXV. Ausência de aplicação pelo MAPA de padrões de identidade visual que sejam identificáveis pelos

usuários de seus serviços ou pelos fiscalizados de sua jurisdição.

XXVI. Falta de padronização de processos e procedimentos no atendimento ao público.

Quanto ao macroprocesso “Promover Excelência Administrativa”

XXVII. Dificuldades na criação de indicadores de desempenho para aferição de resultados do MAPA e elaboração de diagnósticos.

XXVIII. Disparidade entre os objetivos elencados no Plano de Gestão Estratégica do MAPA e os programas e ações descritos no Plano Plurianual, o que inviabiliza a criação de centros de custos e a aferição de eventuais ganhos operacionais decorrentes das ações do Ministério.

XXIX. Deficiências no desenvolvimento de *softwares* e sistemas em todas as áreas do MAPA, o que tem limitado a produtividade e a coleta eficiente de resultados.

Quanto ao macroprocesso “Gerir Pessoas, Aprendizado e Conhecimento”

XXX. Desconhecimento da política de treinamento e formação dos servidores do MAPA.

XXXI. Risco de continuidade das ações do MAPA, em função da possibilidade de perda do conhecimento acumulado derivado do elevado número de servidores em idade de aposentadoria.

DELIBERAÇÕES

Recomendou-se ao MAPA que elabore cronogramas que versem sobre o desenvolvimento e implantação de ações de mapeamento e automação de seus principais processos internos, e de sistemática e rotinas de controle interno condizentes com seu orçamento anual e complexidade dos processos.

DADOS DA DELIBERAÇÃO

Acórdão: 1.681/2011 – TCU – Plenário

Data da sessão: 22/6/2011

Relator: Ministro Raimundo Carreiro

TC: 025.221/2009-5

Unidade Técnica Responsável: Secex Agro Ambiental